

## ESCOLA INCLUSIVA NO DISCURSO OU DE FATO? estudo de caso de um deficiente visual

Josete Pereira Peres Soares (1); Orientador: Sílvia Alcía Martínez (4)

1. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF- [joseteppsoares@yahoo.com.br](mailto:joseteppsoares@yahoo.com.br)
4. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF- [Silvia-martinez@hotmail.com](mailto:Silvia-martinez@hotmail.com)

**Resumo:** O artigo apresentado faz parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida para o Programa de Pós graduação, *stricto sensu*, nível doutorado do curso de Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em Campos dos Goytacazes. A pesquisa completa busca investigar o uso ou não de políticas públicas por parte de deficientes visuais que tiveram uma escolaridade considerada de sucesso, a saber, conclusão de curso de graduação e pós graduação *lato* e *stricto sensu*. As pesquisas estão sendo realizadas com 10 deficientes visuais com perda total da visão. A metodologia utilizada é História de vida, buscando resgatar a história da maneira mais próxima como ela foi vivenciada a partir da visão do entrevistado. É apresentada neste artigo uma breve discussão sobre escola inclusiva no discurso e escola inclusiva de fato, utilizando a história de vida de um deficiente visual de 48 anos que sofreu um acidente de trabalho, perdendo totalmente a visão e que decidiu “retomar a sua vida”, fazendo cursos técnicos e iniciando licenciatura. O entrevistado apresenta alguns obstáculos encontrados desde o ingresso na instituição pública, renomada e tida como escola inclusiva, permitindo que fique exposta a falta de preparo dos professores ao lidarem com alunos deficientes em escolas comuns, bem como de outros profissionais envolvidos. Apesar das dificuldades enfrentadas, o aluno, embora tenha trancado a matrícula por dois semestres, está retornando para a conclusão do curso de licenciatura, tendo concluído dois cursos técnicos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Deficiente visual, Escolaridade, Escola Inclusiva.

### Introdução:

O presente artigo é parte de uma pesquisa mais ampla do curso de Pós-graduação, nível doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro em Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro. A pesquisa contém ao todo 10 participantes, todos deficientes visuais de nascimento ou não, com perda de visão de 100% e que concluíram ou ainda estão cursando, o ensino superior em nível de graduação, pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. A pesquisa busca, a partir de histórias de vida, verificar o uso ou não de políticas públicas pelos entrevistados ou por suas famílias durante o tempo de escolarização até o momento em que a entrevista estiver sendo realizada. A abordagem qualitativa do estudo em questão será conduzida na modalidade história de vida, a história vivenciada, descrita, contada.

### Metodologia

Os relatos de vida, segundo Bertaux (2005), que parte de uma visão etnosociológica, tomam apenas parte da trajetória de vida de um indivíduo e, mesmo que se façam extensas entrevistas, serão utilizadas as narrativas que estiverem de acordo com o objetivo da pesquisa, de maneira diferente da biografia ou autobiografia quando toda a história do indivíduo é narrada, tornando-se um trabalho mais extenso. Em um relato de vida ou narrativa de vida ou mesmo trajetórias de vida, os fatos são verificados na maioria das vezes em um contexto do grupo, buscando entender as realidades sociais, muitas vezes similares entre seus membros e, mesmo quando similares e semelhantes, guardando os devidos contrapontos, próprios de vidas humanas. A riqueza dos relatos está nessa busca de novas hipóteses para se estudar novos grupos, descobrindo novas histórias humanas e sociais.

Thompson (1998) relata que na década de 1960 descobriu-se a importância das pessoas como testemunhas do passado e quando essas eram ouvidas, percebeu-se que elas tinham coisas interessantes a dizer, a acrescentar. Os sociólogos foram os primeiros defensores dessa metodologia por perceberem a riqueza de detalhes que um sujeito anônimo possuía ao relatar um fato e, por serem pessoas comuns, marginalizadas pelo poder, alguns eram idosos fora do mercado de trabalho e não eram considerados pelos historiadores tradicionais que valorizavam os grandes vultos da história.

A trajetória de vida no entendimento de Bourdieu (1996) não deveria ser narrada como um acontecimento isolado, como uma história de sucessivos acontecimentos cronológicos, sem levar em consideração os diversos campos que se entrelaçam na vida de um determinado sujeito. Para o autor o sujeito deve ser visto como um todo, um ser completo, com histórias sucessivas e também aparentemente desconexas, mas que forma um todo, completo, que vai além de uma identidade nominal do sujeito. É dito ainda pelo autor “[...] que não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas” (p. 190). Observa-se a necessidade e o cuidado ao olhar a vida do sujeito pesquisado como um todo, um ser completo, que circula em campos diversos e não somente verificar sequências cronológicas de acontecimentos, que nem sempre apresentam relações coerentes entre si, necessitando unir os elos dos acontecimentos para um maior entendimento da trajetória em situações específicas.

### **Escola inclusiva: alguns apontamentos**

De acordo com algumas dessas visões acima será exposto neste trabalho parte da história contada por um deficiente visual participante da pesquisa. O enfoque escolhido para uma breve discussão é a realidade da escola inclusiva, de fato, por trás de um discurso.

Muito se tem estudado sobre educação inclusiva, por isso serão destacados alguns pontos para maior entendimento das discussões que se farão nas linhas abaixo. A escola comum inclusiva é defendida por Ropoli *et all* (2010) em um documento disponibilizado pelo Ministério da Educação. De acordo com os autores a escola que não assumiu o seu papel na inclusão está ajudando a produzir as identidades e as diferenças tidas como normais e especiais e a inclusão pode romper os paradigmas que sustentam por anos o conservadorismo na escola. Esse conservadorismo permite a fixação de modelos ideais, produzindo exclusão.

Conforme nos informa Carvalho (2016) a educação inclusiva não diz respeito apenas ao aluno de educação especial, mas a todo e qualquer aluno e, afirma que qualquer escola precisa garantir oportunidades a todos para que tenham êxito na aprendizagem. Essa é uma escola para todos, que segue as normas tanto da constituição federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, informando que a educação é para todos, e isso inclui as pessoas com deficiência.

Existem alguns breves pontos divergentes entre os autores da área, mas a conclusão é todos pensam na necessidade de se reformar a escola para que ela cumpra os interesses de uma educação efetivamente inclusiva. Mantoan (2006, p. 37) afirma que ao se tentar adaptar o ensino apenas para alguns alunos, mesmo matriculados em escola comum, isso não condiz com o que a inclusão exige e informa que a escola necessita de uma transformação pedagógica e “a inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo”.

O papel do professor nesse processo é essencial e de acordo com Mantoan (2006, p. 66) ele deve garantir em uma sala de aula inclusiva, que significa em todas as salas de aula, que seus alunos tenham liberdade para exporem as suas opiniões e, nesse caso “ele é obrigado a abandonar crenças e comportamentos que negam ao aluno a possibilidade de aprender a partir do que sabe e chegar até onde é capaz de progredir”. Essa é uma necessidade de todos os alunos e não somente dos que tem alguma necessidade especial. Continua a autora a dizer que o professor não deve buscar eliminar as diferenças em favor de uma igualdade, ainda que suposta dos alunos, “antes estará atento à singularidade das vozes que compõem a turma, promovendo o diálogo entre elas, contrapondo-as e complementando-as”.

## Estudo de caso: a trajetória de um deficiente visual em uma escola inclusiva. Ato 1

A narrativa a seguir diz respeito a uma escola inclusiva e também ao preparo do professor para ser um dos principais pilares desta escola. O primeiro entrevistado da pesquisa em curso foi o senhor Luis (nome fictício). Luis sempre foi muito estudioso, fazia todos os cursos técnicos que apareciam na área de atuação, eletrônica. Ele trabalhava em uma empresa da área e estava montando sua própria empresa de prestação de serviços. Em um dia normal de trabalho para verificar o serviço feito por outros funcionários da empresa em que ele trabalhava, subiu em uma escada a fim de conferir a instalação no teto, que tinha uma cobertura grossa de argamassa, pois o teto seria utilizado para pouso de aviões de pequeno porte. Ao iniciar a vistoria, toda a massa que cobria a laje se rompeu, caindo sobre a cabeça de Luis, sendo o impacto tão grande que rompeu a córnea. O local em que ele estava trabalhando era uma região à beira mar e em dia de sol muito intenso, e Luis estava com o rosto virado para o sol no seu horário mais quente, causando profunda lesão nos seus olhos, e segundo informaram os médicos, queimando os cristais da vista de maneira irreversível.

Luis tinha na época do acidente 41 anos de idade e precisou recomeçar toda a sua vida, rever todos os seus sonhos e projetos para o futuro. Buscou ajuda em todas as clínicas no município e fora dele, com médicos renomados, mas a resposta sempre era a mesma, não há possibilidade de retorno da visão. Após o choque inicial, ele decidiu encarar sua nova vida, tentar se locomover, buscando fazer as coisas que fazia quando enxergava, além de recomeçar os seus estudos. Depois de uma grande luta judicial, ele não conseguiu nenhuma indenização e também não conseguiu continuar na empresa. Os médicos indicaram algumas mudanças estruturais na mesma para que ele continuasse trabalhando, porém os seus patrões não quiseram fazer as mudanças. Ele então pediu aposentadoria e decidiu recomeçar os seus estudos, ingressando em um curso técnico.

Uma observação que precisa ser feita é a grande diferença entre uma pessoa que nasce cega, sem nunca ter visto a luz do dia, sem ter uma imagem mental de pessoas, paisagens e outros e, outra pessoa que foi vidente durante muitos ou até mesmo poucos anos e agora necessita se acostumar com a nova vida. É necessário aprender tudo novamente. Existem algumas vantagens para os que foram videntes em algum momento da vida, pois estes têm a memória para conseguirem se guiar em momentos necessários, as lembranças, as imagens mentais. Os que nasceram cegos não têm lembranças que os ajude, a vida é toda escura, sempre foi, no entanto, conseguem desenvolver as habilidades necessárias para locomoção e outros, caso já esteja na idade adulta, o que é mais difícil para alguém que ficou cego durante

o transcorrer da vida. Conforme Sá *et all* (2007, p. 16) tratando de pessoas com deficiência visual, ainda que seja uma informação de forma mais específica para crianças, escreve que cada pessoa tem a capacidade de desenvolver os seus próprios processos particulares para codificar as imagens mentais, e “a habilidade para [...] assimilar a informação será ampliada de acordo com a pluralidade de experiências [...] e a forma como o comportamento exploratório é estimulado e desenvolvido”.

O entrevistado utiliza segundo relato, as suas imagens mentais já desenvolvidas, inclusive para caminhar nas ruas da cidade por onde passava regularmente. Para retomar os seus estudos Luis então fez a inscrição para um curso técnico e ao se matricular descobriu que o curso era integrado e teria que cursar o ensino médio também, curso que ele já havia feito, tendo recorrido de todas as maneiras para reverter a situação, mas sem sucesso. Não foi algo agradável segundo ele, ter que cursar o ensino médio novamente, mas decidiu prosseguir. Ressalta-se que Luis procurou uma repartição pública que prestava auxílio a deficientes visuais, sendo orientado inicialmente por profissionais experientes na área, o que foi muito útil, conforme relato. Neste curso ele teve a mais surpreendente experiência, quando um professor de uma disciplina específica o convidou a se retirar da sala de aula dizendo que ele já trabalhava há 20 anos com aquela disciplina e que um aluno cego não teria condições de aprender. Luis então saiu de sala de aula, relatando “eu era obediente, se ele mandou eu sair, eu saio” e foi procurar a coordenação do curso, assistentes sociais e outros sujeitos que ajudavam alunos com alguma deficiência, relatando todo o ocorrido e sendo acompanhado por outros alunos que queriam defendê-lo.

Torna-se importante relatar que a referida instituição é a mais bem preparada no município para receber alunos deficientes, contando com departamentos, equipamentos, auxílio pedagógico e tudo o mais que os alunos necessitam, mas segundo narra o entrevistado, “a inclusão está apenas no discurso”, e que “aquela atitude do professor o feriu profundamente”. A partir desse momento muitas reuniões foram feitas em busca de uma solução para o ocorrido e em um determinado dia Luis foi chamado em uma grande reunião quando todos os coordenadores e diretores estavam presentes e pediram que ele relatasse novamente o fato. Após todos ouvirem o aluno, o professor também foi chamado e assumiu a sua fala, confirmando que não daria aula para um aluno cego porque ele não aprenderia a sua disciplina. O referido professor recebeu como “prêmio”, segundo Luis, o afastamento de três meses da instituição, tendo um professor substituto assumido o seu lugar. A coordenação e direção entenderam que o professor não deveria continuar na turma, porém continuaria responsável pela cadeira.

Observa-se neste caso uma instituição renomada, experiente, com o desafio de lidar com um professor que se mostra despreparado para uma escola inclusiva. Os responsáveis pela instituição não conseguiram tomar uma decisão imparcial, e segundo Luis narra, “afinal o funcionário é colega de todos e o aluno é apenas mais um entre muitos que entram e saem da instituição”.

Concluído os três meses o professor retorna e exatamente no momento da avaliação. Luis já estava sendo acompanhado por uma professora em horários diferenciados, além de assistir as aulas do professor substituto e, segundo a professora estava pronto para fazer a avaliação. A surpresa foi a reação do professor ao dizer que a avaliação seria dada por ele, efetivo da cadeira e professor da turma. Nesse ínterim Luis disse que faria a avaliação com qualquer pessoa que fosse indicada, qualquer desconhecido, mas que não tinha condições emocionais para fazer com o professor. Porém o professor foi irredutível, disse que somente ele daria a avaliação e, para surpresa de todos, os responsáveis pela instituição aceitaram a exigência do professor e não defenderam o aluno. A solução então encontrada foi colocar na nota desta disciplina que o aluno estava inapto para realizar a avaliação daquela disciplina. Luis disse: “Eles preferiram me colocar como inapto do que ir contra a vontade do professor, e eu fiquei pra sempre com esse registro em minha vida escolar”.

Esse fato aconteceu a poucos anos, em uma instituição renomada e bem preparada para receber alunos com deficiências, após a aprovação de leis, decretos, portarias, pareceres, notas técnicas sobre deficiência. Apesar de toda a decepção Luis continuou a estudar e tentou o vestibular para um curso de licenciatura, sendo aprovado com uma nota bem expressiva. Ao ser perguntado como foi a reação dos professores ao receberem o primeiro aluno deficiente no curso, ele disse que a maioria ficou muito espantada por não ter experiência em lecionar para aluno deficiente visual. Alguns professores já o conheciam e falavam bem das habilidades de Luis e do interesse que ele tinha em aprender.

Apesar de ainda estar no 3º período, duas experiências bem desagradáveis já ocorreram. A primeira, segundo relato do aluno, foi a fala de um professor que tinha um discurso de inclusão muito afinado e moderno, mas disse que ele não mudaria em nada a sua aula, a sua metodologia, a sua maneira de ensinar e de avaliar em função de ter um aluno cego, que continuaria agindo da mesma forma como sempre agiu. Foi então questionado pelos alunos que ele não precisava modificar o conteúdo, mas poderia facilitar em algumas coisas, ao que ele negou dizendo que faria como sempre fez. Essa não é uma atitude de uma escola inclusiva, de uma sala de aula inclusiva, não somente por causa do aluno cego, mas o professor necessita ver as necessidades dos alunos e buscar adaptação dos conteúdos

metodologias de acordo com as dificuldades apresentadas, buscando a inclusão de todos, quer tenham deficiências ou não.

### **Estudo de caso: a trajetória de um deficiente visual em uma escola inclusiva. Ato 2**

O segundo fato narrado por Luis foi acerca de um professor que começou a ditar algumas palavras para que os alunos copiassem e foi questionado por uma aluna que não estava entendendo a pronúncia e então pediu para que ele soletrasse. Diante da negativa do professor, os demais alunos pediram que ele repetisse ou escrevesse no quadro o que fez a contra gosto. Ao escrever no quadro a grafia ainda não estava legível e a aluna perguntou que letra era aquela que estava escrita e o professor então, aborrecido disse à aluna que ela deveria conhecer a palavra e que ele sabia escrever, ou estavam pensando que ele escrevia como cego?

Neste momento, segundo relato, houve alguns minutos de absoluto silêncio entre os alunos ao perceberem o que o professor tinha acabado de pronunciar. A aula transcorreu normalmente e como Luis tinha permissão de gravar a aula, tudo ficou registrado. Ele então planejou conversar com o professor e começou a guardar o seu material calmamente no aguardo de que os alunos todos saíssem para que ele pudesse falar sozinho. Ao ser questionado o professor desmentiu e disse que não falou tal coisa, sendo afirmado por Luis o que tinha dito, e que estava inclusive gravado. O professor desmentiu o fato e foi advertido por Luis de que se ele quisesse levaria “o caso adiante”, mas que não ia fazê-lo devido ao incômodo de audiências. O professor não se retratou, não confirmou o que tinha dito e mais uma vez o aluno ficou sem defesa da instituição, que ouviu todo o relato, mas não tomou nenhuma atitude para com o funcionário.

Esse é um exemplo da necessidade de uma escola inclusiva, não apenas no discurso, mas na prática. Essa fala não é apenas da parte pedagógica, mas segundo Luis, a instituição que está à frente de outras na cidade quando se trata de inclusão, deixa muito a desejar quanto à acessibilidade, instrumentos pedagógicos e outros. As salas de aula não têm os números em Braille, o que seria algo muito fácil de fazer, não existe o piso tátil em todos os locais e quando mudam as turmas de sala, e esta já tem algum instrumento próprio para o aluno, a próxima sala não segue o mesmo padrão. A escola não tem acessibilidade suficiente para deficientes.

**Discussões: Análise do relato de vida, história vivenciada e história contada**

Analisar a história de vida contada pelo sujeito é sempre desafiador. Rosenthal (2014) faz importante análise sobre a história de vida vivenciada e a história de vida narrada. Segundo a autora os textos biográficos, ou os que são narrados pelos próprios atores da história remetem a uma realidade que já passou há algum tempo (ou no caso não muito tempo assim) e são descritas situações que foram vivenciadas no passado, do que se lembram e que agora são traduzidos de forma a poderem se comunicar com outras pessoas. Esse processo pode ter uma linha muito tênue porque as vivências narradas se referem a lembranças que fazem parte de um estoque na memória aonde a narração escrita vai expressar o olhar retrospectivo sobre o passado, recordando aspectos específicos. Essa recordação do passado em um momento presente, com olhar em um futuro, ainda não vivenciado, pode produzir uma modificação nos relatos, por este ser feito em um tempo presente com um novo contexto, em um novo momento. Daí busca-se o que foi chamado de enredo por Jovchelovitch e Bauer (1998) e a capacidade que o entrevistador precisa desenvolver de ligar os pontos para perceber o cerne da história.

Isso não significa que há algum tipo de desconfiança por parte do pesquisador, mas a necessidade de um olhar científico e distanciado para que a narrativa exprima a realidade de maneira mais próxima possível. A narrativa espontânea pode gerar um fluxo recordativo possibilitando uma proximidade acentuada com o passado, vivenciado na época dos acontecimentos ocorridos, supostamente real do que formas controladas de auto apresentação (ROSENTHAL, 2014).

As possíveis modificações ou interpretações dos fatos narrados, segundo Rosenthal (2014), podem levar a uma reconstrução do passado. Essas interferências e a correlação entre passado, presente e futuro podem ser consideradas normais, contando que o passado a ser estudado não seja modificado a ponto de se tornar uma história do presente, ou como se estivesse sendo vivenciada no presente. Pode ocorrer de o passado ser muito difícil de ser recordado e, com isso o narrador tentar minimizar os erros cometidos e transformá-los em acertos no presente, não permitindo que a história seja verídica. Por isso acredita-se ser necessário atentar para conscientizar o indivíduo de que o passado contado é importante, mesmo que não seja tão agradável e que o presente e o futuro podem ser modificados ao se encarar com autenticidade as situações passadas que foram vivenciadas.

Rosenthal (2014) afirma que o passado que precisa ser visto do ponto de vista do novo, torna-se outro passado. Outra observação feita pela autora é que nem sempre a narração feita está relacionada a lembranças, mas pode ser algo mecânico, já incorporado no

imaginário da pessoa, sendo a narrativa também com conteúdos transmitidos por outros ou sendo acrescentados ou omitidos.

Não se está questionado aqui a veracidade dos fatos, que foi contado em duas ocasiões da mesma forma, mas a necessidade de um olhar científico sobre as histórias contadas a fim de que haja possibilidade de uma análise profissional, e que tenha utilidade para pesquisas futuras.

## **Conclusão**

Encerrando com breve conclusão destacam-se alguns pontos. O primeiro é a necessidade de se entender o significado de uma escola inclusiva na legislação e a escola inclusiva de fato. Busca-se inserir o conceito de todas as formas entre professores, estudantes e outros profissionais de educação, porém não basta ter um conhecimento teórico de um conceito, é necessário entendê-lo de fato, assimilar, aceitar para que ele seja executado. Ter uma legislação que exige uma escola inclusiva não faz com que a escola seja inclusiva. Percebe-se que o maior agente dessa escola deve ser o professor e, se ele não assume o seu papel, será muito difícil a aplicação e a vivência da inclusão.

Mas não somente o professor é o grande responsável, a gestão é também um dos carros chefe do processo, necessitando ir à frente, quebrando paradigmas, enfrentando o novo em detrimento do velho, incentivando, buscando soluções viáveis que não traga prejuízo a ninguém, mas que seja o elemento de união entre pólos distintos. Assim também deveria ser o comportamento de todos os demais profissionais da educação.

Neste caso específico, o aluno, adulto, com pais idosos, sem uma esposa, não teve alguém para defendê-lo, mas os pais, independente da idade precisam entrar nessa luta a cada dia mais dispostos, não a punir, mas para ajudar outros a entender que a inclusão é real e necessária. São eles que convivem com os filhos deficientes e mais do que ninguém sabem as dificuldades enfrentadas por estes.

O aluno em questão não desistiu de seus sonhos, continua a estudar. Apenas isso já seria suficiente para muitos estarem ao lado dele, incentivando, ajudando e defendendo-o quando necessário. A escola, apesar de ser denominada inclusiva, pode ser observada que isso ocorre mais no discurso do que na prática, pois ainda tem um longo caminho pela frente.

Outro ponto de destaque é a dificuldade que uma pessoa que sempre enxergou tem de se adaptar a uma nova realidade após perder a visão. Percebe-se que para Luis ele ainda tinha os seus “brios”, de alguém que até poucos anos atrás era um trabalhador assalariado e um pequeno empreendedor, não necessitando de auxílio em coisas corriqueiras, mas que agora se

vê diante de uma situação sendo questionado sobre sua capacidade de aprender, e em uma área que era bem próxima para ele.

Em relação à história de vida é importante inferir que este sujeito foi o primeiro a ser entrevistado e com algumas visitas à sua residência. Isso permitiu que já houvesse certo nível de confiança para que fatos tão delicados fossem narrados e com tanta sinceridade, confirmando a necessidade que o pesquisador tem de ter o momento certo para estar no campo, para interpelar, para perguntar, para passar certo nível de segurança.

Cada caso é um caso diferente, sendo a pessoa com deficiência ou não e, por isso, todos necessitam entender e assumir o discurso de uma escola inclusiva de fato e não apenas no discurso.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em agosto de 2018.

BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida**. Perspectiva etnosociológica. Tradución: Godofredo González. Barcelona, España: Edicions Bellaterra, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 11ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 2 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. A Escola Comum Inclusiva. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em agosto de 2018.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

ROSENTHAL, Gabriele. Dossiê: **História de vida vivenciada e história de vida narrada.** A interrelação entre experiência, recordar e narrar. Narrativas Civitas. Vol. 14, nº 2, p. 227-249. Porto Alegre, maio-ago. 2014. Disponível em: <[revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/17116/11471](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/17116/11471)>. Acesso em julho de 2018.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão.** In: Atendimento educacional especializado. Deficiência visual. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf)>. Acesso em agosto de 2018.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado-** História Oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.